

We do better, come together





Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

CONTEÚDO

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Anexo I - Balanços patrimoniais

Anexo II - Demonstração do resultado

Anexo III - Demonstração do resultado abrangente

Anexo IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Anexo V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Sumário das Notas Explicativas

1.	Contexto operacional	1
2.	Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis	4
2. 3.	Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas	4
3. 4.	Principais práticas contábeis	5
4. 5.	Apresentação das gratuidades – Imunidade tributária	7
5. 6.	Caixa e equivalentes de caixa	7
o. 7.	Recursos financeiros de projetos	7
7. 8.	Contas a receber	8
		8
9.	Imobilizado	9
10.	Fornecedores	10
11.	Projetos a realizar	
12.	Patrimônio líquido	12
	Prestação de serviços	12
14.	Custos e despesas administrativas e gerais	12
15.	Receitas e despesas financeiras	13
16.		13
		13
	Trabalho voluntário	14
18.	Eventos subsequentes	





RELATÓRIO DO **AUDITOR** INDEPENDENTE SOBRE AS **DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS**

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros do **INSTITUTO PEDRA**

Opinião com ressalva.

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Pedra, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Pedra em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica - ITG 2002, aplicável a entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva.

A Entidade adota como prática o reconhecimento de receitas com serviços de arquitetura, no montante de R\$ 149.507 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 693.783 em 2017), somente no momento da emissão das notas fiscais. Essa prática não atende às determinações das normas contábeis vigentes em relação à competência, as quais estipulam que o reconhecimento dessas receitas deve corresponder cumprimento das obrigações de desempenho. Devido a limitações nos controles do cumprimento das obrigações de desempenho, não foi possível concluir se há efeitos relevantes no montante da receita com serviços que foi reconhecido no exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.





Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, cessar suas operações ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.





- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de setembro de 2019.

PP&C Auditores Independentes

CRC2SP16.839/O-0

Giácomo Walter Luiz de Paula CRC1SP243.045/O-0

Contador



ā
ed
P
¥
stit
Ξ

	2	
	de dezemb	
s patrimoniais	s findos em 31 de de	
Balanços pa	Exercícios 1	Em reaic

100	7107	231 457	22.988	17.683	4.393.877	4.666.005		560.670	383.979	944.649		5.610.654
	2018	178 229	6.447	31.535	9.707.960	9.924.171		959.649	(93.790)	865.859		10.790.030
	Nota	Ę	2		7			12	12			
	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	Circulante Fornecedores	Obrigações tributárias e fiscais	Obrigações sociais e trabalhistas	Projetos a realizar	t.	Patrimônio líquido	Patrimônio social	(Déficit) Superávit do exercício			
!	2017	624 147	4.720.110	185.063	4.473	5.533.793	64 982	11.879	76.861			5.610.654
	2018	748 450	9 916 973	36.764	24.575	10.726.771	56 A80	6.779	63.259			10.790.030
	Nota	¢	0 1	- ∞	,		c	D				
Lil cars	ATIVO	Circulante	Caixa e equivalentes de caixa Decursos financeiros de projetos	Contas a receber	Outros créditos		Não circulante	Internative				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Pedra ANEXO II

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2018	2017
Receitas			
Sem restrição			
Prestação de serviços de arquitetura		149.507	693.783
	13	149.507	693.783
Com restrição			
Projetos		5.085.655	4.552.851
	13	5.085.655	4.552.851
		5.235.162	5.246.634
Custos		(5.005.055)	(4.550.054)
Custos com projetos	14	(5.085.655)	(4.552.851)
		(5.085.655)	(4.552.851)
Superávit bruto		149.507	693.783
Despesas			
Administrativas e gerais	14	(273.802)	(334.441)
Outras receitas e despesas		(57)	
Financeiras, líquidas	15	30.562	24.637
		(243.297)	(309.804)
(Déficit) Superávit do exercício		(93.790)	383.979



ANEXO III Instituto Pedra

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais (Déficit) Superávit do exercício

Outros componentes do resultado abrangente do exercício

Total dos resultados abrangentes do exercício

	383.979	383.979
2017	(93.790)	(93.790)
2018		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *Em reais*

Deficit (Superávit) do exercício Total	189.280 560.667	.80 (189.280) 383.979 383.979 3 3	383.982 944.649	(383.982) (93.790) (93.790) 15.000	(78.790) 865.859
Patrimônio social	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Incorporação do superávit do exercício anterior Superávit do exercício Outras movimentações	Saldos em 31 de dezembro de 2017 560.667	Incorporação do superávit do exercício anterior Déficit do exercício Outras movimentações	Saldos em 31 de dezembro de 2018



Instituto Pedra ANEXO V

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
(Déficit) Superávit do exercício	(93.790)	383.979
Ajustes		
Depreciação e amortização	24.288	22.349
Outras movimentações	15.000	3_
	(54.502)	406.331
Redução (aumento) nos ativos		
Recurso financeiro de projetos	(5.196.863)	(683.818)
Contas a receber	148.299	(185.063)
Outros créditos	(20.102)	(4.439)
	(5.068.666)	(873.320)
(Redução) aumento nos passivos	(53.228)	(511.312)
Fornecedores	(16.541)	20.931
Obrigações tributárias e fiscais	13.852	(1.417)
Obrigações sociais e trabalhistas	5.314.083	1.123.157
Projetos a realizar	5.258.166	631.359
	5.258.100	031.339
Caixa líquido originado nas atividades operacionais	134.998	164.370
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(10.686)	(7.540)
Caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	(10.686)	(7.540)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	124.312	156.830
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		107.017
No início do exercício	624.147	467.317
No fim do exercício	748.459	624.147
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	124.312	156.830



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

1. Contexto operacional.

O Instituto Pedra ("Entidade") é uma entidade sem fins lucrativos baseada em São Paulo. Fundado em fevereiro de 2013, a Entidade desenvolve atividades no campo do patrimônio cultural, como projetos de preservação e restauração, acompanhados de ações de pesquisa, levantamento arquitetônico e projeto, curadoria, produção cultural, publicações de livros e vídeos, programas de educação patrimonial, entre outros.

O Instituto Pedra pretende ser uma referência da sociedade civil no campo do patrimônio cultural por sua abordagem integrada e interdisciplinar, por meio de ações sustentáveis e duradouras.

A Entidade possui, como principal fonte de manutenção de suas atividades, recursos provenientes de leis de incentivos fiscais, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), ligado à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, conforme determinação da lei 8.313/91 (Lei Federal de Incentivo à Cultura), e o Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo (ProAC/ICMS), ligado à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, conforme determinação da Lei Estadual 12.268/2006.

Nesse contexto, atualmente a Entidade possui oito projetos em andamento, descritos a seguir:

Restauração da Vila Itororó - PRONAC 1310741 - A Vila Itororó é um conjunto arquitetônico idealizado por Francisco de Castro, com onze edificações construídas ao longo do século XX para fins residenciais e de lazer. A Vila Itororó foi tombada pelo Município (2002) e Estado de São Paulo (2005) como patrimônio e, em 2006, foi decretada área de utilidade pública, tendo sido desapropriada para fins culturais. A restauração da Vila Itororó, iniciada em 2013, trata-se de um exemplo da abordagem integrada defendida pelo Instituto Pedra, onde as obras de restauro são precedidas de levantamentos e pesquisas históricas, debate com a sociedade civil e alinhamento com os diversos órgãos públicos envolvidos com o local.

Restauração e Adaptação do Pavilhão das Culturas - PRONAC 142003 - Projetado por Oscar Niemeyer e construído para as comemorações do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo em 1954 com a inauguração do Parque Ibirapuera, o Pavilhão das Culturas Brasileiras é um importante exemplar da Arquitetura Moderna no Brasil. Integrando o sistema de equipamentos do Museu da Cidade, ligado à Secretaria Municipal de Cultura, possui um dos melhores acervos de arte popular e artesanato do país, que, por conta de problemas estruturais e de instalações do edifício, não estão expostos. Dado esse cenário, a iniciativa do Instituto Pedra é dar continuidade à execução do projeto de restauração e adaptação do Arquiteto Pedro Mendes da Rocha, a fim de reabrir o Pavilhão das Culturas com a exposição do seu rico acervo e novos espaços para exibições temporárias, reserva técnica, centro de pesquisas, salas administrativas e banheiros, além de um bar-café e um auditório.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

Oficina de Locomotivas de Araçatuba - ProAC 21685 - A Oficina de Locomotivas, parte integrante do Conjunto Ferroviário Central de Araçatuba, é um exemplar característico das edificações da rede da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), importante companhia ferroviária que operava linhas que ligavam o centro-oeste paulista até a cidade de Corumbá, na divisa do Mato Grosso do Sul com a Bolívia. Depois do Complexo de Bauru (SP), o de Araçatuba compunha o maior entroncamento ferroviário da rede, sendo ponto estratégico para fins militares, políticos e econômicos do governo brasileiro e no desenvolvimento do município e da região.

O projeto se divide em três etapas principais: elaboração do projeto cultural, pesquisa para definição de novos usos do espaço e projeto de restauro e adaptação. Com isso, buscam-se apontar a evolução arquitetônica do equipamento ao longo do tempo e suas patologias, vendo quais as melhores formas de intervenção no local, além da intenção de contextualizar a importância da oficina no contexto da cidade e identificar quais as suas necessidades nos campos de cultura, educação, lazer, turismo, etc.

Inventário e Adequação do Acervo do IPT - PRONAC 171113 - Desenvolvedor de tecnologias de ponta desde a sua criação, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) há décadas vem influenciando a vida das pessoas e, ao longo de 120 anos de existência, acumulou uma série de objetos, entre maquinários, documentos e fotos, que mostram a posição de vanguarda da instituição no desenvolvimento tecnológico do país. Buscando divulgar a importância do IPT nos avanços científicos ocorridos no país ao longo dos anos, este projeto realizará o inventário e adequação do acervo da instituição para garantir a sua conservação, divulgação e acesso ao público em geral e pesquisadores.

Restauração do Palácio da Aclamação (Salão Nobre) - PRONAC 176375 - Utilizado como residência dos Governadores da Bahia de 1917 a 1967, o Palácio da Aclamação é considerado patrimônio histórico do Estado da Bahia, de acordo com o Decreto Estadual 12.493/2010. Localizado no bairro do Campo Grande e integrado ao Passeio Público, possui vista privilegiada da Bahia de Todos os Santos e proximidade do Centro Histórico da capital baiana.

Com apoio do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), este projeto cultural se ocupará da restauração de elementos arquitetônicos estruturais fundamentais e da restauração completa do Salão Nobre, na Ala Nova do Piso Térreo, juntamente com um programa de educação patrimonial com oficinas de restauração para que o Palácio seja reaberto como museu público.

Criação e Implantação do "Museu Boulieu - Caminhos da Fé" - PRONAC 147163 - A Coleção Boulieu conta com mais de 1.200 obras e foi formada pelo casal franco-brasileiro Maria Helena e Jacques Boulieu, a partir de viagens realizadas desde a década de 1950 pelo interior do Brasil e em países colonizados por Portugal e Espanha. A coleção de arte sacra reúne exemplares artísticos que olham para a história da colonização ibérica ao redor do mundo e a importância da fé católica



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

nesse processo. Em 2014 o casal doou a coleção à Arquidiocese de Mariana para viabilizar a criação de um novo museu na cidade de Ouro Preto (MG), o Museu Boulieu — Caminhos da Fé. Visando a preservação e divulgação desse importante acervo, o projeto prevê a implantação do Museu Boulieu — Caminhos da Fé, pensando o plano museológico, projeto expográfico e o programa educacional, além de obras de restauração e adaptação no prédio do antigo Asilo São Vicente de Paulo, para que este abrigue a sede da instituição.

Criação e implantação da Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana – Fundo de Cultura do BNDES (Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável 18.2.0162.1) - A Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana busca a preservação do patrimônio material e imaterial através da capacitação em técnicas construtivas tradicionais, de maneira a suprir a lacuna de demanda de trabalho na área de construção civil na cidade de Mariana e região. Os cursos têm duração de um semestre e são divididos em cinco áreas de qualificação específicas: Alvenarias (taipa, adobe e pau a pique), Carpintaria, Ferragem (forja artística e ferragem), Cantaria (pedra) e Pinturas especiais (cal, óleo, estêncil e pátinas), cada um com 20 vagas e todos gratuitos e abertos à população local. Além das aulas teóricas e práticas ligadas aos ofícios, os alunos recebem aulas complementares de empreendedorismo, história e patrimônio cultural, comunicação e expressão, além da realização de trabalhos de campo.

Restauração da Igreja de São Francisco e da Casa do Conde de Assumar para implantação do Museu de Mariana - PRONAC 177559 - A Igreja de São Francisco de Assis, em Mariana (MG), construída entre 1763 e 1794, é um dos principais ícones do barroco brasileiro, destacando-se por sua monumentalidade e excepcionalidade artística, sendo tombada individualmente pelo IPHAN desde 1938. A Casa do Conde de Assumar está inserida no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico, tombado IPHAN no mesmo ano do tombamento da Igreja, e possui significativa relevância cultural e histórica para a cidade de Mariana e para o Brasil. Com construção provável em 1715 para servir como moradia do último governador da Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, Dom Pedro de Almeida e Portugal, o Conde de Assumar. O Museu de Mariana, a ser instalado na Casa do Conde de Assumar e com a Igreja de São Francisco de Assis em seu roteiro de visitação, surge a partir da junção de duas propostas: a do Museu do Imaginário e a do Museu da Cidade de Mariana. Pensado enquanto um museu de cidade, o equipamento toma a cidade enquanto artefato patrimonial e fenômeno dinâmico, abordando os aspectos sociais, históricos e culturais na sua relação com o território e sociedade. O projeto cultural prevê a restauração das duas edificações e o desenvolvimento do projeto de gestão cultural e manutenção para o Museu, buscando garantir sua sustentabilidade.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis da Entidade, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em Reais, exceto quando indicadas de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Interpretação Técnica - ITG 2002, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e também pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros.

A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela administração em 23 de setembro de 2019.

2.1 Base de mensuração.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a entidade atua ("moeda funcional"), sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, estas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

3. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas.

Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Entidade faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas.

A principal premissa a respeito do futuro e de incerteza nas estimativas é a provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, a qual é definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

avaliação é suportada pelo julgamento da administração junto a seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. Principais práticas contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações foram aplicadas em todos os exercícios e compreendem:

a) Apuração do superávit/ déficit do exercício.

O superávit/ déficit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

As receitas de doações, que têm por finalidade oferecer suporte financeiro imediato sem qualquer despesa futura relacionada, são reconhecidas no período em que se tornaram recebíveis.

Os recursos provenientes de patrocínios de leis de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; consequentemente, os montantes não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

As receitas com prestação de serviços nos projetos por ela geridos não são reconhecidas de acordo com o regime da competência, devido à incerteza quanto à captação total de recursos para a realização desses projetos, incorrendo no risco de não obter qualquer receita ao final do projeto e utilizando-se de recursos próprios para financiar serviços dos projetos em execução, sem obter o reembolso de tais custos.

As despesas com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios.

b) Caixa e equivalentes de caixa.

O caixa da Entidade compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias, contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

c) Imobilizado.

É registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas fiscais mencionadas na nota explicativa 9.

d) Fornecedores.

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

e) Projetos a realizar.

Estão representados, substancialmente, pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos, os quais ainda não foram utilizados, permanecendo registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

f) Provisões.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Instrumentos financeiros.

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma empresa ou a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra empresa.

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais, em 31 de dezembro de 2018, por valores que se aproximam aos de mercado nessa data. Eles são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Uma provisão para perdas estimadas de crédito é reconhecida, quando identificada a necessidade, para todos os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

5. Apresentação das gratuidades - Imunidade tributária.

5.1 Provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto Pedra goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto 3.000, de 26 de março de 1999, e o artigo 195 da Constituição Federal.

5.2 Obrigações tributárias sobre as receitas - PIS e COFINS.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto Pedra está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a lei 9.532/97, e goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade (contribuições associativas), de acordo com a lei 9.178/98.

6. Caixa e equivalentes de caixa.

Descrição	2018	2017
Caixa geral	563	1.236
Aplicações financeiras	747.896	622.911
	748.459	624.147

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo que os valores são sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados. Os recursos estão aplicados em instituições financeiras de primeira linha, como forma de diminuir os riscos, e estão substancialmente representados por certificados de depósitos bancários e por fundos de renda fixa, remunerados a taxas que atingem até 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Recursos financeiros de projetos.

Descrição	2018	2017
Bancos conta movimento		
Vila Itororó	9.980	
Palácio da Aclamação	3.068	
Escola de ofícios Tradicionais de Mariana	904	
Pavilhão		3.788
T GVIII.GO	13.952	3.788
Aplicações financeiras Projeto Museu Boulieu	5.678.420	



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

Descrição	2018	2017
Projeto Mariana	1.501.407	
Projeto Palácio	673.217	
Vila Itororó	550.268	3.852.237
Projeto Igreja	500.723	
Pavilhão	489.468	465.764
Projeto locomotivas	306.400	
Inventário e adequação de acervos – IPT	203.118	298.399
Exposição Caixa Cultural		99.922
	9.903.021	4.716.322
	9.916.973	4.720.110

Refere-se aos montantes recebidos para os projetos geridos pela Entidade, os quais estão sob as mesmas características e condições descritas na nota explicativa nº 6 - Caixa e equivalentes de caixa, no entanto, a utilização desses recursos está condicionada aos requisitos dos projetos e de acordo com a natureza deles, descritos na nota explicativa nº 1.

8. Contas a receber.

Descrição	2018	2017
Contas a receber de clientes	36.764	9.601
Contas a receber de clientes Contas a receber de projetos	N	175.462
	36.764	185.063

O "Contas a receber de projetos" refere-se a gastos incorridos no projeto Exposição Caixa Cultura que foram parcialmente custeados pela Entidade e serão reembolsados na medida em que houver captação de recursos.

9. Imobilizado.

		2018			2017
Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	20%	59.331	(37.982)	21.349	25.040
Móveis e utensílios	10%	44.282	(14.109)	30.173	31.558
Ferramentas	10%	16.633	(12.378)	4.255	7.582
Instalações	10%	989	(286)	703	802
		121.235	(64.755)	56.480	64.982



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

9.1. Movimentação do custo e da depreciação acumulada em 2018.

Descrição	2017	Adições	2018
Custo		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Computadores e periféricos	51.663	7.668	59.331
Móveis e utensílios	41.264	3.018	44.282
Ferramentas	16.633		16.633
Instalações	989		989
	110.549	10.686	121.235
Depreciação acumulada			
Computadores e periféricos	(26.623)	(11.359)	(37.982)
Móveis e utensílios	(9.706)	(4.403)	(14.109)
Ferramentas	(9.051)	(3.327)	(12.378)
Instalações	(187)	(99)	(286)
	(45.567)	(19.188)	(64.755)
Imobilizado líquido			
	64.982	(8.502)	56.480

9.2. Movimentação do custo e da depreciação acumulada em 2017.

Descrição	2016	Adições	2017
Custo			
Computadores e periféricos	49.289	2.374	51.663
Móveis e utensílios	36.098	5.166	41.264
Ferramentas	16.633		16.633
Instalações	989		989
entreaction and an artist of the state of th	103.009	7.540	110.549
Depreciação acumulada			
Computadores e periféricos	(16.735)	(9.888)	(26.623)
Móveis e utensílios	(5.770)	(3.936)	(9.706)
Ferramentas	(5.725)	(3.326)	(9.051)
Instalações	(88)	(99)	(187)
•	(28.318)	(17.249)	(45.567)
Imobilizado líquido	1 <u></u>		
	74.691	(9.709)	64.982

10. Fornecedores.

Descrição	2018	2017
Fornecedores de serviços	178.229	231.457
	178.229	231.457

O saldo de fornecedores de serviços refere-se substancialmente aos serviços das construtoras contratadas para as obras dos projetos da Entidade.

(1)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

11. Projetos a realizar.

Descrição	2018	2017
Museu Boulieu	5.521.705	
Ofícios Tradicionais de Mariana	1.502.310	
Palácio da Aclamação	659.373	
Vila Itororó (PRONAC 1310741)	550.576	3.625.926
Casa do Conde	500.723	
Pavilhão das Culturas (PRONAC 142003)	484.998	469.552
Locomotivas de Araçatuba	285.157	
Inventário e Adequação de Acervos - IPT	203.118	298.399
	9.707.960	4.393.877

Referem-se a montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados nos projetos, os quais serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência, à medida em que os gastos relacionados aos projetos incorrerem.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 Em Reais

11.1 Movimentação dos projetos a realizar.

^{*} Projeto encerrado ao longo de 2018.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

12. Patrimônio líquido.

Representa o Patrimônio Social da Entidade, reduzido dos déficits e acrescido dos superávits e doações apurados anualmente.

13. Prestação de serviços.

Descrição	2018	2017
Sem restrições		
Receitas serviços de arquitetura	156.955	730.142
(-) ISS sobre serviços prestados	(7.448)	(36.359)
()	149.507	693.783
Com restrições		
Projeto Vila Itororó	3.165.412	3.781.281
Projeto Museu Boulieu	1.430.220	
Projeto Locomotivas de Araçatuba	218.455	
Projeto Exposição Caixa Cultural	126.844	275.753
Projeto IPT	106.310	
Projeto Palácio da Aclamação	33.847	
Projeto Pavilhão	4.469	495.817
Projeto Ofícios Tradicionais de Mariana	98	
Trojeto Onolos Tradicionale de Manana	5.085.655	4.552.851
	5.235.162	5.246.634

14. Custos e despesas administrativas e gerais.

Descrição	2018		2017	
Serviço de construção civil/ empreitada		3.742.674		2.978.153
Serviço de terceiros		851.530		1.205.907
Pessoal		275.898		216.332
Comerciais		151.558		187.185
Utilidades		52.326		65.285
Aluguel		43.213		42.018
Material de consumo		37.762		34.220
Viagens		37.747		50.318
Despesas gerais		36.032		36.673
Assessoria		31.635		22.398
Depreciação e amortização		24.288		22.349
		19.999		16.766
Arquitetura Bens de pequeno valor		19.976		1.408
Cartório		3.227		805
		3.692		2.709
Manutenção Outros despesas		27.900		4.766
Outras despesas				
		5.359.457		4.887.292

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

Descrição	2018	2017
Classificado como:		
Custos com projetos e serviços	5.085.655	4.552.851
Despesas administrativas e gerais	273.802	334.441

15. Receitas e despesas financeiras.

Descrição	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	32.935	27.224
	32.935	27.224
Despesas financeiras		
Bancárias	(2.210)	(2.249)
IOF	(103)	(240)
Juros passivos	(60)	(98)
	(2.373)	(2.587)
	30.562	24.637

Gestão de riscos financeiros.

A administração é realizada por meio de estratégias operacionais e o gerenciamento de instrumentos financeiros da entidade visa liquidez, rentabilidade e segurança. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, as operações podem envolver riscos conhecidos ou não, envolvendo sempre o melhor julgamento da Entidade na avaliação dos potenciais riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

O principal fator de risco da Entidade está ligado à liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade, que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que a Entidade tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Trabalho voluntário.

Conforme determinado pela Interpretação Técnica - ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade deve identificar e mensurar os trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2018. No exercício de 2018 não houve prestação de trabalho voluntário à Entidade.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Em Reais

18. Eventos subsequentes.

Em janeiro de 2019, a Entidade recebeu recursos de entidade pública patrocinadora no montante de R\$ 3.244.594,68, para aplicação no projeto Cultural de Restauração da Igreja de São Francisco e da Casa do Conde de Assumar para implantação do Museu de Mariana (PRONAC 177559).

* . * . *

